

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Vanice Rodrigues Soares

**DO PROJETO PARA A PRÁTICA:
COMO ACONTECE A AVALIAÇÃO DE UM ALUNO COM NECESSIDADES
ESPECIAIS?**

SANTA CRUZ DO SUL

2015

Vanice Rodrigues Soares

**DO PROJETO PARA A PRÁTICA:
COMO ACONTECE A AVALIAÇÃO DE UM ALUNO COM NECESSIDADES
ESPECIAIS?**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Freitas do Amaral

SANTA CRUZ DO SUL

2015

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a avaliação de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas séries iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública do estado do Rio Grande do Sul. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação, realizando entrevistas como instrumento complementar de coleta de dados. A pesquisa propõe um cruzamento entre os principais fatores do processo de inclusão de alunos com necessidades especiais apontados pela legislação de amparo e das contribuições de autores como Freitas (2014), Tripp (2005) e Veiga (1995) e as práticas pedagógicas e adequações curriculares que acontecem em sala de aula a partir da experiência de duas professoras. Assim, participaram desta pesquisa como sujeitos a professora regente de uma turma do segundo ano do ensino fundamental, a professora da sala de recursos e alunos de inclusão. Constatou-se que as professoras reconhecem as particularidades e necessidades dos alunos com necessidades especiais e que estabelecem, de acordo com as dificuldades, estratégias de avaliação. Relatam utilizar em sala de aula estratégias de ensino diferenciadas, levando em conta as limitações dos alunos e observando seu desenvolvimento. Os resultados indicam a importância de aprofundar temas referente à inclusão e práticas pedagógicas da educação especial, buscando envolver profissionais especializados que auxiliem a construir estratégias que promovam uma aprendizagem significativa, segundo as características de cada aluno.

Palavras-chave: Inclusão. Avaliação. Educação Especial. Plano de Adaptação Curricular.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. REFERENCIAL TEÓRICO: COMPREENDENDO A DIVERSIDADE	8
1.1 A INCLUSÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA ESCOLAR.....	9
1.2. INCLUINDO COM QUALIDADE.....	11
2. UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

A ideia inicial que inspirou a temática deste projeto de pesquisa relaciona-se com uma experiência pessoal e familiar. Diante da sensação de impotência de uma situação existencial de um menino com problemas neurológicos e os reflexos em sua aprendizagem, percebia a necessidade de outro olhar, de aprendizagens e comportamento diferenciados. Este sentimento fez crescer a vontade de colaborar com a inclusão destas crianças, motivando-me a realizar um estudo nesta linha teórica em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental situada no interior do Estado.

A escola onde foi realizado esse estudo foi fundada em 07 de janeiro de 1970. Nesta época, localizava-se na zona rural. A cidade cresceu e surgiram novos bairros que envolveram o entorno da escola. Há cerca de 20 anos, foi ampliada sua área, sendo construído um novo prédio em um terreno maior que, em termos de espaço físico, atendia às necessidades da comunidade. Hoje se percebe a necessidade de um espaço maior: como a população aumentou, novos bairros foram formados, ampliou-se o número de alunos a frequentar.

Com relação à infraestrutura, a escola conta com 12 salas de aula, sala multifuncional, salas para a direção, supervisão e orientação, secretaria, sala de professores, cozinha ampla com refeitório, sala para o financeiro, sala para reunião de professores (esta passou a ser uma sala de aula devido ao aumento no número de alunos), biblioteca, laboratório de informática, sala de vídeo e laboratório de ciências (este no aguardo da verba para compra de equipamentos).

Quanto ao horário, a escola funciona nos turnos manhã e tarde, atendendo crianças nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, totalizando, aproximadamente, 451 alunos. Em tempos anteriores, já tivemos 700 alunos matriculados, porém com a criação de outra escola (municipal), este número diminuiu, pois eles foram se distribuindo, frequentando outros espaços. Percebemos, de uns dois anos para cá, que o número de alunos matriculados tem oscilado

bastante em função dos trânsitos familiares em procura de um local onde possa conseguir emprego e aluguel mais acessível.

Quanto aos recursos humanos, o quadro de professores da escola conta com 35 profissionais e 8 servidores, perfazendo um total de 43 funcionários. Os docentes apresentam ensino superior completo, alguns com mais de uma graduação (ou cursando) e até pós-graduados. No que se refere ao tempo de cada um dentro da escola, é relativo, pois no momento, em torno de quatro professores com contrato e os demais são nomeados. Alguns lecionam em mais de uma escola.

No que tange às finanças, a escola enfrenta algumas dificuldades. A verba da autonomia financeira é insuficiente para atender as necessidades básicas (material de expediente, limpeza, telefone, reparos diversos, fotocópias, gás entre outros). A comunidade tem pouco envolvimento nas questões financeiras e os momentos que mais contam com a presença da comunidade escolar são os eventos: a primeira Assembleia de Pais, no início do ano; a Festa Junina (junho) e a Mostra Cultural (novembro). Pode-se perceber que estas atividades não deixam que eles se distanciem da escola. Existem outros momentos proporcionados pela escola que os pais comparecem, porém a participação não é expressiva.

Segundo as informações acerca do perfil familiar disponibilizadas pela escola, a maioria das famílias é de classe média-baixa. Poucas famílias com dificuldades financeiras: não constam informações de famílias abaixo da linha da pobreza, conforme ficha de matrícula de cada aluno.

No início de cada ano letivo, a escola retoma a discussão sobre o conteúdo do Projeto Político Pedagógico e, sempre que necessário, se faz uma releitura e adequação do mesmo, analisando mais a fundo e confrontando com as situações do nosso cotidiano. Inclusive, em 2015, a partir de uma palestra ocorrida em dezembro do ano passado, intitulada “*Diagnosticar para avaliar*”, o foco dos debates e reuniões centrou-se na situação do aluno incluído, uma vez que este tem direito de participar do processo de aprendizagem com uma avaliação justa/adequada. O cotidiano escolar precisa ser problematizado, buscando soluções para os problemas, melhores condições e ações de amparo legal, enfim, uma maneira eficaz para receber o aluno de inclusão na esfera escolar, pensando também em como avalia-lo de forma qualitativa.

Desta forma, passamos a organizar um estudo direcionado ao atendimento do aluno incluído e do sistema de avaliação adequado à sua dificuldade. Juntamente com a equipe diretiva, com o grupo de professores e a responsável pela sala de recursos, pautou-se a necessidade de aprofundar uma pesquisa com foco nessa temática.

Dessa forma, surgiu a possibilidade de se fazer uma pesquisa com este foco temático. Apresentamos aqui este estudo, dividido em três partes: a fundamentação teórica com as devidas subseções; a metodologia e a construção dos objetos de análise e de coleta de dados; e por fim, uma análise dos dados coletados.

No referencial teórico, reportamo-nos a autores para tratar da inclusão e da avaliação, salientando também a importância da legislação pertinente ao amparo legal de tais incluídos. Este campo merece olhar especial para estudos que contribuíssem na compreensão da situação do aluno de inclusão, sujeito desta pesquisa, que faz parte da “*turma A*”, problematizando a percepção acerca do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e sua adequação à sua condição.

Como método de pesquisa, trata-se de uma pesquisa ação, tendo como foco o cotidiano de uma turma de alunos de 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, onde um aluno com deficiência integra a turma numa característica de inclusão. Este caso será analisado a partir de uma abordagem qualitativa. Na parte da coleta de dados, escolhemos como instrumento a entrevista, remetida ao professor regente da turma em questão, ao responsável pela sala de recursos e à gestora da escola.

1. REFERENCIAL TEÓRICO: COMPREENDENDO A DIVERSIDADE

A construção democrática que visa uma sociedade justa e igualitária perpassa uma metodologia do diálogo: a conversa, o debate, a negociação são fundamentais, pois a escola é um espaço de diversidade de ideias, de pessoas, de conflitos, de interesses e negociações. Nesse sentido, compreendendo a diversidade como constitutiva da escola, sendo necessário considerar que os alunos aprendem também de modos diferentes. Descobrir como os alunos aprendem é importante para a construção de seu conhecimento. Como diz Freitas (2014):

O fato é que a criança e o adolescente que adentram o espaço escolar se deparam com territórios articulados para que a execução de tarefas se efetive com base numa representação de aluno que eles não são, pois se fossem não seriam protagonistas de experiências de inclusão. Incluir de fato exigirá enfrentar essa questão. A presença desses atores dentro da escola resulta de significativas lutas da sociedade em prol do reconhecimento e da garantia de direitos universais sem exceção (FREITAS, 2014, s.p.).

A presença dessas crianças e adolescentes que apresentam dificuldades especiais de aprendizagem acaba por provocar a escola a qualificar e transformar o relacionamento que estabelece com esses sujeitos no cotidiano. Com este olhar devemos descobrir maneiras de ensinar e aprender. Desconstruir uma realidade existente para reconstruir e dar forma a outra realidade com outra visão de mundo. É também reconhecer que a estrutura da escola necessita de um novo olhar para poder incluir.

A partir dessa leitura, a pesquisa proposta busca problematizar os aspectos que são fundamentais na avaliação dos alunos com necessidades especiais, através da análise, observação e discussão da comunidade de uma escola estadual de ensino fundamental, tendo por princípios a gestão democrática da escola pública.

No aspecto geral, o objetivo era avaliar as possibilidades reais e os aspectos fundamentais da avaliação dos alunos com necessidades especiais, através da análise, observação e discussão não somente com os professores diretamente envolvidos, mas também junto à comunidade escolar, acompanhando a realização

de reuniões e encontros com a comunidade escolar sobre o tema da avaliação inclusiva; estudando aspectos fundamentais para avaliar alunos com necessidades especiais; e analisando os aspectos legais que se referem à avaliação e à relação com a inclusão de alunos especiais.

1.1 A INCLUSÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA ESCOLAR

A escola é a instituição que faz a mediação da passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim uma função reguladora e formativa para os alunos. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB nº 9394/96) apresenta-se como um marco muito significativo na educação brasileira, uma vez que ela prevê a inclusão e a ampliação do atendimento educacional, em rede pública, aos educandos com necessidades especiais nos níveis de educação infantil a superior. Em seu capítulo V, artigo 58, oferece aos *portadores* de necessidades especiais plena garantia de seus direitos, garantindo desde oportunidades escolares para seu desenvolvimento integral como pessoa e cidadão até o acesso ao mercado de trabalho.

Reforça o que o Vygotsky entendia que o futuro das crianças com necessidades especiais dependia muito da possibilidade delas terem interação com o meio social. Para tanto a nossa LDB é bem clara que os alunos especiais devem ter acesso à escola regular. Então, cabe a escola criar condições e meios para adaptar e incorporar esses alunos. Isso tudo nos remete para um trabalho pedagógico de qualidade amparado no Projeto Político Pedagógico da Escola, que é uma construção coletiva, significativa e sólida, pois deverá também reforçar o apoio da família para fortalecer essas relações de maneira que favoreçam todos os alunos independentes de suas limitações (OLIVEIRA, 1989, p.13).

A Resolução 2/2001, do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica, publicada no Diário Oficial da União em 14/09/01, instituiu as diretrizes para a educação especial na educação básica. Apresenta de forma mais precisa e detalhada, orientações para o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação básica, nas classes comuns do ensino regular.

A particularidade da experiência brasileira da integração ou inclusão escolar reside no fato de que sua história não se assentou sobre a iniciativa de pais, familiares e escolas, porém foi articulado por estudiosos da área e técnicos de secretarias. Em vez de se constituir como um movimento gradativo de decisões conjuntas entre pais e educadores, imediata reversão em ações de implementação e adaptação das escolas e dos professores na direção do Projeto inclusivo, ocorreu um movimento deslocado das bases para o topo. Assim, quando as diretrizes político-pedagógicas da educação inclusiva foram definidas, muito pouco de história nas escolas, entre as famílias e educadores, no sentido de ações efetivas de integração e inclusão escolar, Brasil a fora, havia sido feita (BEYER, 2005, p.8).

As escolas ainda se encontram, em sua maioria, em situação insipiente diante deste projeto. Muito precisa ser feito em termos de conscientização na comunidade escolar e também na sociedade. Neste sentido, é importante uma ação planejada de conscientização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre os equívocos de determinadas representações sociais em relação às pessoas com deficiência. O educador, muitas vezes, não sabe o que fazer com as crianças com necessidades educacionais especiais, o que não raramente ficam aquém desse processo. São muitas as razões: falta de formação adequada e de uma metodologia específica, falta de parcerias e estruturas de apoio, de um ambiente adequado e de um profissional qualificado que possa garantir a efetiva permanência deste aluno na escola com um ensino de qualidade, onde suas reais necessidades possam ser atendidas de forma a atingir os objetivos educacionais previstos de forma satisfatória, reforçando a formação do aluno como cidadão.

Os professores precisam ter clareza e entendimento das situações de inclusão, assim como disposição qualificar os processos de aprendizagem desses sujeitos. O professor é de suma importância para que a criança tenha êxito na escola.

Uma relação professor-aluno positiva, ao contrário, pode melhorar as adaptações acadêmicas e sociais, não apenas a curto, mas também a longo prazo (BARKLEY *apud* CASTRO; NASCIMENTO, 2002, p.235)

O professor deve explorar em sala de aula todos os recursos e técnicas de aprendizagem para que consiga perceber como essa criança consegue aprender.

Entendemos que o mero acesso de estudantes com deficiência na escola não a faz inclusiva. Ela se torna inclusiva cotidianamente, quando todos seus agentes, perante esforços planejados coletivamente, reconhecem as diferenças dos estudantes no processo educativo, buscando práticas

pedagógicas diferenciadas. A adoção dessas práticas vão além da sala de aula. Envolve a mudança de posturas e atitudes, portanto, a construção de uma outra cultura escolar. Para que essa mudança possa se concretizar é evidente a necessidade de permanente atualização e do desenvolvimento de novos conceitos, práticas e estratégias pedagógicas em consonância com o paradigma da inclusão escolar. (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 10)

Assim, equipe pedagógica envolvida quando analisa o que o aluno “traz consigo”, facilita traçar novas estratégias de trabalho para o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, seguir um roteiro elaborando, planejando, definindo e redefinindo os princípios e as diretrizes, a partir de novos conceitos e conhecimentos proporcionará a construção de novas estratégias e práticas pedagógicas que contribuirão para fortalecer o processo ensino aprendizagem.

Segundo Ropoli (2010), o Projeto Político Pedagógico é o instrumento para melhor desenvolver um plano de trabalho que garanta o tempo necessário para que todos possam aprender, favorecendo o espaço para que a criatividade, a cooperação e a formação continuada com todos os envolvidos. Os espaços a que fazemos referência servirão para questionarmos nossa prática, criarmos currículos adaptados, avaliação diferenciada, entre outros.

1.2. INCLUINDO COM QUALIDADE

Este trabalho, centrado na questão da avaliação, pode ser compreendido como uma pesquisa-ação, pois como afirma Tripp (2005) “é uma forma de investigação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. Refletir sobre o sistema de avaliação e o trabalho pedagógico da escola possibilita garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na escola. Para isso, é necessário, como aponta Freitas (2014), que a escola tenha uma atitude inclusiva, revendo seus contextos e paradigmas, visando desassociar este sujeito como “aluno-problema” para um sujeito de direitos. Nas palavras da autora:

Buscar a perspectiva do incluído exige recuperar saberes e reconhecer o alcance da análise de contexto que é empreendida por aqueles que esperam da escola uma “atitude inclusiva”. Desenvolver uma “atitude

inclusiva” não significa apenas conduzir sujeitos para dentro de disciplinas e fronteiras acadêmicas. O que está em questão é enxergar o outro sem reduzi-los as marcas de seu corpo; às mutilações que sofreu ou as ineficiências que seu organismo expõe quando comparado a outro. É um grande desafio discutir criticamente a configuração do aluno-problema e associar a esse esforço as perspectivas da criança e do adolescente, cujas vulnerabilidades ficam expostas quando esses sujeitos assumem o papel de incluídos. (FREITAS, 2014, s.p.)

Assim, como educadora percebo que muitas vezes não nos damos conta que as ações do dia-a-dia estão nos levando para a repetição, a monotonia, o “igual para todos”, como se todos fossem iguais, na forma de cobrar os conteúdos e os resultados e o final o fracasso de não obter uma aprendizagem de qualidade e significativa. Quando identificamos quem é incluído dentro dessas situações, percebemos o quanto são inadequadas nossas ações. Então, incluir exigirá enfrentar essa questão e para melhorar nossa prática, temos que investir em uma pesquisa de qualidade para que a qualidade de nosso trabalho transforme para melhor as nossas vivências, o nosso cotidiano e a nossa visão de mundo. E nessa perspectiva de adquirir e produzir novos conhecimentos, a metodologia aplicada neste trabalho está voltada para uma pesquisa qualitativa que possibilita o entendimento da prática educativa, no processo da investigação da realidade contextualizando e questionando as opiniões, de forma a contribuir para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nas palavras de Maciel (2010):

A pesquisa qualitativa representa um processo permanente de produção de conhecimento, onde os resultados parciais se integram de forma permanente com novas interrogações e abrem caminhos à produção de conhecimento. (MACIEL, 2010, p.82).

Essa investigação foi realizada, como afirmado anteriormente, numa escola pública do interior do estado do Rio Grande do Sul, que atende crianças do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e tem como missão buscar aspectos de qualidade, de reavaliação constante e presente em sua comunidade escolar possibilitando ao aluno o desenvolvimento e entendimento de suas relações com o mundo.

A partir de avaliações internas e externas, o corpo docente da escola propõe-se a pensar e planejar resultados que qualifiquem o contexto da educação, o que leva a estar sempre repensando e reavaliando o Projeto Político Pedagógico da

escola. A partir de uma tendência *sócio-interacionista-construtivista*, o PPP da escola analisada propõe uma relação entre o indivíduo e a realidade, oportunizando ao aluno interagir no seu meio, de acordo com suas capacidades e significações elaboradas, abrindo-se para novos conhecimentos, modificando sua forma de agir e sendo o sujeito de ações e de transformações. Como reflete Veiga (1999, p.30), “O projeto busca um rumo, uma direção”.

Para esta pesquisa, diversos instrumentos de construção de dados poderiam ter sido utilizados para obter informações. Entretanto, acabamos optando por, além das atividades e processos escolares que acompanhamos, a propor uma metodologia de entrevista a partir de um questionário. Para Richardson (1985, p.142) “os questionários cumprem duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis num grupo”, assim, as informações obtidas permitem observar as características do grupo e indivíduo em questão e a medição de variáveis individuais ou grupais por meio de perguntas unidimensionais, incluindo diferentes aspectos de um problema.

O questionário usado nesse estudo combina perguntas abertas e fechadas. Richardson (1985, p.146) explica que as perguntas fechadas são destinadas a obter informação sociodemográfica do entrevistado e respostas de identificação de opiniões, e as perguntas abertas são destinadas a aprofundar as opiniões do entrevistador.

Para a realização desta pesquisa, optou-se por aplicar este instrumento apenas para a professora regente e a professora da sala de recursos e alunos, percebendo que possuem uma grande experiência nesse campo. O questionário com a professora regente teve como finalidade, construir dados de identificação, obter características dos alunos em sala de aula, verificar se possui estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais na sala de aula, o reconhecimento das particularidades e necessidades desses alunos no processo de ensino aprendizagem e às estratégias de ensino, as necessidades de avaliação e currículo diferenciado, verificando a existência de parceria escola-família, e como se dá o processo de inclusão.

Com a professora da sala de recursos, o questionário buscou identificar as adaptações curriculares e sua contribuição no processo de aprendizagem, verificar necessidades de avaliação e currículo diferenciado, verificar existência de um

projeto de adequação curricular e sua implementação e, verificar existência de parceria escola-família e como se dá o processo de inclusão.

2. UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA

Ao observar o dia-a-dia da escola e a enorme diversidade de processos que se acompanha, esta pesquisa buscou entender melhor com se dá o processo de avaliação de alunos com necessidades especiais. Tendo em vista que as professoras entrevistadas seguem um plano de trabalho que é construído coletivamente, onde todos expressam suas ideias, deixando as prioridades das aprendizagens e o desenvolvimento dos alunos, problematiza-se a relação que se estabelece com aqueles que não conseguem acompanhar esses processos. Para alcançar as expectativas de aprendizagem, apoiam-se na proposta curricular de cada ano e no projeto político pedagógico da escola, que se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir experiências e ações do cotidiano escolar. Percebo que há muita troca entre os professores e que cada fase ou etapa da vida da criança é um novo desafio a ser construído. A responsabilidade não é somente da professora em sala de aula, mas também da gestão e do ambiente escolar. De acordo com Santana (2005):

É sabido que os fundamentos teórico-metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências. (SANTANA, 2005, p.227).

O processo de inclusão tensiona os gestores a superar alguns paradigmas e atitudes que produzem discriminação e aceitar que a inclusão é compreendida como prática política possível, direcionando suas atribuições, com competência e responsabilidade, para que seja uma realidade em toda escola. As ações do gestor devem estar fundamentadas no PPP, sendo uma gestão democrática e participativa para que todos os profissionais e a comunidade se sintam valorizados. Como destaca Sage (1999):

Um ambiente inclusivo na escola depende de o diretor fortalecer a mentalidade de que a escola é de todas as crianças, proporcionando um modelo para os professores, bem como de incentivar aqueles que buscam práticas educacionais inclusivas. Cabe ainda ao diretor apoiar o professor que empreende ações para mudar, sem deixar de respeitar o ritmo pessoal de cada um na incorporação de uma atitude inclusiva. O diretor deve ser capaz de discernir o que a equipe como um todo e o que cada um necessita para se desenvolver (SAGE, 1999, p.449).

Cabe ao gestor analisar a infraestrutura escolar para ver se atende a essa diversidade. No caso da escola pesquisada, esta possui uma sala de recursos, que está bem equipada, com computadores, a impressora, a máquina de Braille e muitos jogos pedagógicos. O banheiro é acessível, as rampas garantem acesso de pessoas com dificuldades de locomoção. Os recursos acabam por oferecer uma maior segurança e qualidade do trabalho, visto que contribuem para tornar o trabalho mais significativo.

A professora que atua na sala de recursos é uma profissional com boa formação, tendo realizado muitos cursos dentro da área de educação especial. Apresenta um bom direcionamento quando conduz atividades e nas situações do cotidiano. Uma solicitação em sua entrevista chamou a atenção: ela solicitou que colocasse que ela é “gaga”, ou seja, apresenta dificuldades na linguagem (disfemia). Talvez seja a dificuldade dela, quando vai para a sala de aula atender uma turma e “volta de cabelo em pé” que a sensibiliza para esse trabalho.

Traçando um comparativo entre o currículo por atividade e a área, percebemos que as professoras do currículo, talvez por estarem mais próximas e ficarem mais tempo com os alunos em sala de aula, tem mais tranquilidade de lidar com certas situações do cotidiano, de forma geral. O que não quer dizer que as professoras que trabalham nas área de conhecimento também não tenham. Entretanto, existe uma situação ou outra, na área, em que há dificuldades de se realizar uma avaliação com um olhar diferenciado. A professora da sala de recursos, entretanto, compreende que nessa questão da avaliação é necessário olhar o aluno incluso, estranhar o que se considera “normal” e contesta essas situações. Na visão de Santana (2005, p.228): “o professor precisa ser ajudado a refletir sobre a sua prática, para que compreenda suas crenças em relação ao processo e se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino oferecido em sala de aula”.

Para refletir um pouco mais acerca das práticas pedagógicas, relato algumas experiências e conversas com as professoras que possuem formação nesta área de inclusão de aluno especial, ou seja, já trabalham com essas necessidades educacionais há mais tempo. Segundo relatam, acreditam que todo o aluno pode frequentar a escola, embora a professora da sala de recursos destaque que alguns alunos com um grau da deficiência mais elevado (média para grave), de acordo com laudo médico, não vão conseguir se socializar e essas crianças deveriam ser encaminhadas para serviços especializados (como a APAE, por exemplo). Entretanto, esses casos são mais raros e a maioria consegue se socializar na escola, consegue se alfabetizar, só que vai levar um tempo diferenciado.

Um caso expressivo, nesse sentido, ocorreu no início do ano quando uma mãe que gostaria de matricular seu filho com Síndrome de Dawn na escola disse que ele frequenta a APAE. A mãe relatou todas as dificuldades dele, inclusive que não poderia ver ninguém de óculos que ele “avançava e quebrava”, que era muito agressivo e que ela gostaria de tentar colocá-lo num ambiente escolar diferente daquele que já fazia parte de sua vida, para ver se conseguiria se socializar. A mãe era bem informada de seus direitos, argumentando que poderia, por lei, ter uma professora auxiliar junto com a professora regente para acompanhar seu filho durante as atividades. Foi combinado com a mãe que se faria o possível para tê-lo junto a escola. Então, a professora da sala de recursos foi com um documento até a Coordenadoria de Educação solicitou uma professora para auxiliar no trabalho com referido aluno. Enquanto isso, o aluno ia com a mãe em dias combinados na escola.

A professora da sala de recursos prestava um atendimento especial a ele (somente ele na sala de recursos e com a presença da mãe) não sendo possível deixá-lo na sala de aula com os demais colegas, devido à sua agressividade. No recreio era acompanhado pela mãe e pela professora, e mesmo assim apresentou alguns problemas de socialização: subia nas costas dos alunos era muito difícil de retirá-lo; arrancou os óculos de um aluno do nono ano e quebrou a sua armação. O resultado da Coordenadoria de Educação, órgão responsável, foi justificar que não havia recursos humanos e que disponibilizavam uma agente educacional (funcionário sem formação em pedagogia) para auxiliar a professora em sala de aula. O laudo do médico dizia que ele era para instituição especializada (APAE),

mas poderia tentar socializá-lo. Este foi um exemplo de que não havia condições dele ficar na escola, então, ele permaneceu na APAE.

Esse exemplo nos mostra que, quando nos deparamos com essas dificuldades e especificidades dos alunos, faz-se necessário pensar novas estratégias, buscando outros meios para adequar tal situação/necessidade, inclusive envolvendo/encaminhando a um especialista ou até mesmo uma instituição que melhor possa acolhê-lo. Incluir significa atender os sujeitos em suas especificidades e direitos.

A professora regente acredita que todo aluno pode frequentar a escola, que a escola é aberta a todos e todos tem o direito de aprender, em consonância com documentos importantes sobre educação:

O princípio fundamental da escola inclusiva recomendado é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas devem, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes (UNESCO, p. 498, 1994).

Quanto aos cuidados de inserir um aluno com necessidades especiais a professora da sala de recursos afirma que as crianças, de um modo geral, não demonstram preconceitos. O maior conflito emerge quando entra a relação com as famílias dos alunos: alguns pais tem dificuldades em aceitar a convivência dos filhos com pessoas com deficiência; outros não querem entender a dificuldade do filho e aceitar seus processos. A professora narrou um caso em que precisou acompanhar em seu próprio veículo os pais ao consultório médico, senão perderiam a consulta que possibilitaria diagnosticar se seu filho realmente tinha algum problema/dificuldade ou não.

A professora regente afirma que os alunos apresentam dificuldades diferentes, e é preciso mapear a partir, inicialmente, da questão cognitiva, o quanto conhece o quão independente se apresenta para realizar os trabalhos direcionados.

Se a questão for agressividade, por exemplo, temos que conversar diariamente com a turma, pois a diversidade é muito grande e devemos respeitar a todos, por isso devemos trabalhar as regras de convivência cotidianamente (*Entrevista – professora regente*).

A professora da sala de recursos narra a necessidade de se fazer um trabalho direcionado com a turma para acompanhar cada caso, e caso não dê resultado, chamar a família para tentar melhor entender a situação do aluno. Se for o caso, buscar encaminhar a um especialista médico para efetuar uma avaliação, acompanhada de um olhar pedagógico e comportamental. Ainda assim, pode-se tirar da sala para trabalhar na sala de recursos ou na orientação.

Quanto ao andamento da aula a professora da sala de recursos afirma que esse aluno não precisa apenas aprender a ler, a escrever e a fazer contas, mas a conviver e aceitar outras pessoas. A professora regente concorda que o aluno especial não atrapalha, de forma alguma, o andamento da aula, afirmando que a professora tem que ter ciência que deve ter sempre um plano extra ou um planejamento separado.

Em outra experiência narrada, acontecida há bastante tempo, quando não se falava de inclusão com tanta intensidade, um aluno cadeirante que não tinha os pés frequentava a escola. Era sempre conduzido por um colega da turma para a merenda, recreio ou qualquer outra atividade. Não havia a preocupação do professor em pedir para alguém ajudá-lo. A turma acostumou com ele e na escola. Certa vez, em aula, ele se encontrava em cima da mesa da professora, que pediu em tom de brincadeira, prática comum entre a turma, que precisaria fazer a chamada e distribuir o material e como faria se ele não “desse o fora” dali.

O problema dele era físico e não mental, mas ele era tão livre, tão a vontade que parecia que aquela dificuldade não existia. Depois mais tarde descobrimos que ele ia pra “roça”. Então surgiu uma pergunta: Como se ele precisa da cadeira de rodas? E a resposta veio rápida: se “arrastando”. Ele era feliz conosco e nós com ele, éramos amigos. Uma relação dessas também é reflexo da família” (Entrevista – Professora Sala de Recursos).

Quando a questão é afetiva e comportamental, em geral, entende que nesse momento devem ser trabalhadas regras de convivência com esse aluno e a turma para ajudar em seu processo. Afirma usar uma sistemática de auto avaliação do seu comportamento no dia a dia:

“Temos a carinha verde que é bom, amarela mais ou menos e a vermelha que é ruim” diz que procura não usar o vermelho, somente

em casos extremos. Inclusive o aluno especial que ela tem na sala faz sua auto avaliação e tem clareza que precisa melhorar”
(Entrevista – Professora Regente)

No final da semana a professora oferta, como prêmio, um mimo ou um adesivo. A professora da sala de recursos afirma que o processo de aprendizagem de um aluno portador de necessidades tem seu próprio tempo, envolvendo conhecimento, carinho, calma, incentivo a autoestima: *“Nunca botar ele para baixo, nunca dizer que não consegue. O pouco que consegue transformar em uma vitória dele”* (Entrevista – Professora Regente). E reforça a importância do lúdico, pois a criança vai brincando e vai adquirindo conhecimento.

Assim como a questão da avaliação os alunos da inclusão, a professora da sala de recursos diz que a avaliação deve ser diária, sistemática e que o aluno vai ser comparado com ele mesmo e que o professor deve ter sempre um olhar diferente de como esse aluno entrou na sala e de como ele está pois, o pouco progresso que ele tiver já é um ponto positivo.

A professora regente reforça avaliar diariamente o comportamento, a questão do esforço e do interesse em tentar realizar as atividades. As professoras dizem que utilizam ferramentas diferenciadas e que depende da dificuldade de cada um, sendo que a professora regente além da avaliação diária, procura fazer jogos, utiliza muito a educação física, faz muitas brincadeiras no pátio e traz isso para a sala de aula problematizando e fazendo um ligação com as disciplinas, como matemática (cálculos), português (produção de textos) entre outras.

Acreditam que a escola tem um papel e um compromisso tanto quanto os professores envolvidos diretamente, pois precisam acolher e acompanhar esse aluno dentro e fora da sala de aula.

Quando questionadas se a educação inclusiva no Brasil realmente inclui, a professora da sala de recursos responde que depende de caso para caso, cidade para cidade, e acredita que o município está muito à frente no quesito inclusão em comparação a outras cidades. Na parte de educação especial, tanto profissional como escolar, recebem muita ajuda, como palestras, informações, orientações de psicólogos, neurologistas e psicopedagogos. Embora tenham coisas para serem melhoradas em vista de outros locais está a frente.

A professora regente reflete que a mídia e a legislação dizem que sim, mas vemos que a questão de acesso ainda não está boa, que falta muito para chegar aos objetivos propostos. *“Por enquanto está muito no papel, na fala, falta espaço físico, recursos que faça com que essas pessoas de fato sejam incluídas na sociedade”* (Entrevista – Professora Regente). Acredita que a atual geração já está acostumada com os inclusos, mas “as pessoas de gerações antigas acreditam que olham mesmo a pessoa como “incapaz”.

Quanto a estrutura ideal para acolher esses alunos, a professora da sala de recursos diz que depende da necessidade: se for cadeirante precisa ter banheiros adaptados, rampas de acesso; se for pessoas com deficiência visual é necessário piso tátil. A professora regente diz que não estamos preparados para trabalhar com esse tipo de aluno e que primeiro precisamos de formação constante. Precisamos de ajuda de profissionais especializados que falem do assunto e ajudem a buscar outras estratégias e formas diferentes de trabalhar.

Docentes e administradores consideraram o apoio de especialistas como um aspecto fundamental na atuação com crianças que apresentam deficiências, explicitando também a ideia de que todos os funcionários devem estar informados e aptos para lidar com as diferenças e especificidades dos alunos. (SANTANA, 2005, p.232).

Perguntada sobre a atual estrutura o que dispõe no trabalho, a professora da sala de recursos diz que tem muitos jogos alguns confeccionados por elas outros comprados pela escola, outros enviados pelo Ministério da Educação: Temos computadores e impressoras que são máquinas braile. Temos todas as ferramentas possíveis para trabalhar com qualquer necessidade” (*Entrevista – Professora da Sala de Recursos*)

A professora regente diz que a escola não pode se queixar pois tem apoio das professoras da sala de recursos, mas, necessita de mais profissionais especializados, como psicólogos, psicopedagogos e outros.

Na visão da professora da sala de recursos, a relação do trabalho do professor com outros especialistas é diariamente: *“Mantemos contato constante”*. E a professora regente diz que essa relação é positiva, pois: *“Na escola todos se ajudam, mas precisaria ajuda de uma outra equipe pois a demanda está aumentando.* (Entrevista – Professora Regente).

Assim como a integração da sala de recurso e das professoras é diária e permanente e sempre que houver a necessidade, de acordo com a professora da sala de recursos. E a professora regente afirma que os profissionais da área são bem entendidos, se esforçam, auxiliam dentro do possível, tem uma boa relação com os alunos que frequentam a sala. Ela percebe que o aluno que frequenta a sala de recursos traz melhoras em sala de aula.

Para a professora da sala de recursos, o sentimento de trabalhar com inclusão é positivo, pois sempre gostou de trabalhar com “os diferentes”. Acabou se interessando pelo assunto e, quando surgiu a oportunidade de realizar um curso de especialização e acabou começando a trabalhar com aluno especial. A formação para trabalhar com alunos de inclusão surgiu quando quis fazer especialização, pois tinha interesse em trabalhar com aluno especial. Foi por iniciativa fazer a especialização e outros cursos para entender sobre o autismo, portadores de necessidades especiais, deficiência visual e libras.

A professora regente trabalha desde a educação infantil e de lá já percebia as dificuldades e necessidades. Fez algumas disciplinas de educação especial na faculdade e tem o curso de psicopedagogia e pretende fazer outra especialização mais direcionada a inclusão.

A maior dificuldade em incluir este aluno no ensino regular são, no olhar da professora da sala de recursos, os pais, que não aceitam a condição dos filhos, tendem à “superprotegê-los porque não acreditam que o filho tenha alguma coisa. Diz que já houve problemas com alguns professores que não entendiam que o aluno especial tem que ter uma outra metodologia de trabalho. Normalmente os professores aceitam ajuda e tentam fazer algo diferente para ajudar esse aluno. A professora regente diz que no geral é a questão da aprendizagem, que a deixa muito preocupada.

No que diz respeito ao modelo de educação inclusiva, a professora da sala de recursos reflete que todo o aluno tem o direito de conviver com outras pessoas de maneira normal e tranquila e que este modelo de inclusão, se for bem trabalhado, tende a dar certo. Diz que acha que faltaria incluir uma disciplina específica sobre inclusão em todos os cursos e não somente no magistério. A professora regente se questiona muito, às vezes pensa que é positiva a questão da inclusão, mas quando olha o desenvolvimento desses sujeitos e que poderiam estar muito além, sente que não é ideal, pois o professor não consegue dar conta de tudo.

Embora já se tenha avançado em relação à compreensão dos alunos com necessidades educacionais especiais, estes sujeitos ainda encontram dificuldades para adaptar-se à escola e a sociedade. É preciso repensar o sentido atribuído a educação, atualizar nossas concepções e resignificar o processo de construção do conhecimento do aluno. Devemos propor ações e repensar o que estamos habituados a fazer, ou seja, devemos ter um olhar sobre a diversidade, no desenvolvimento pleno do aluno e saber como está se dando o processo ensino aprendizagem e qual o papel do professor nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo buscou-se aprofundar como se dá a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais a partir da experiência docente de duas professoras de uma escola pública. A partir dos dados coletados, verificou-se que ambas as professoras têm presente no cotidiano de suas práticas o reconhecimento das particularidades de cada aluno, buscando estratégias pedagógicas para melhor adequar a aprendizagem dos alunos de inclusão na sala de aula. Sabendo do significado que a família exerce nesse processo, buscam envolvê-los nessa “parceria” para que reflita positivamente na aprendizagem. Buscam trabalhar muito a autoestima do aluno, sempre elevando suas ações e as tornando uma vitória. Trazem muito a questão da especificidade de cada caso, de potencialidades e limitações que o sujeito apresenta como indicadores para se traçar um currículo diferenciado - adaptação curricular - específica para cada aluno.

Por fim, sugere-se analisar a importância do envolvimento e do trabalho coletivo dos profissionais da educação, tanto na elaboração curricular, quanto ao atendimento ao aluno, assim como a parceria entre escola e família. Destaca-se a necessidade de profissionais qualificados e do apoio de especialistas e outras parcerias para garantir uma educação de qualidade e de fortalecer a permanência desse aluno na escola, reforçando sua formação como cidadão. Sabe-se da influência que o gestor tem para que se efetive como prática pedagógica, onde esse deve buscar uma parceria com os professores para construir/mudar a prática revendo o Projeto Político Pedagógico pensando em práticas que possam atender esses alunos e uma parceria com a comunidade.

É fundamental ter consciência de que, para que se efetivem esses princípios na prática, é preciso quebrar alguns paradigmas e buscar novas concepções que ajudem o educador, acolhendo e colocando em pauta a diversidade. Somente ocorrerá isso se a parceria for eficiente entre todos os envolvidos incluindo a família.

REFERÊNCIAS

BARKLEY, R. A. **TDAH. Guia completo para pais e professores.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

FREITAS, Marcos C. **O aluno incluído na Educação Inclusiva: avaliação e permanência.** São Paulo: Cortez, 2014.

MACIEL, A. D. RAPOSO M. B. T., Metodologia e construção do conhecimento: Contribuições para o estudo da inclusão. In: MACIEL, D. A. BARBATO, S. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.** Brasília: UnB/UAB, 2010.

OLIVEIRA, M. A. M. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens.** Petrópolis: Vozes, 1989

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: diretrizes orientadas para a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Corag, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial: [Fortaleza]: Universidade do Ceará, 2010.

SAGE, D. D. (1999). Estratégias administrativas para o ensino inclusivo. Em S. Stainback e W. Stainback (orgs.), **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas.

SANT'ANA, Isabela Mendes. Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringa, V.10 n.2, p.227-234, mai./ago.2005

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, SP, V.31, n.3, p.443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. Campinas, SP: Papirus, 1995.